

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 14 DE 28 DE JULHO DE 2004

O SECRETÁRIO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS E PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis nº 4.319 de 16 de março de 1964 e nº 10.683 de 28 de maio de 2003, e dando cumprimento a decisão unânime do colegiado em sua 155ª reunião ordinária, resolve:

Art. 1º Constituir a Coordenação Nacional do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, com o objetivo de coordenar e implementar medidas para a proteção dos defensores dos direitos humanos em todo o País.

Art. 2º Compete à Coordenação Nacional:

- I. Monitorar os casos de denúncia envolvendo defensores dos direitos humanos;
- II. Encaminhar as denúncias recebidas à Coordenação do Estado pertinente;
- III. Tomar as providências necessárias, nos casos relativos aos estados que ainda não tenham constituído sua coordenação estadual;
- IV. Constituir e operar banco de dados com informações sobre os defensores dos direitos humanos, bem como das denúncias efetuadas;
- V. Implementar, com a cooperação dos estados da Federação, as recomendações dos órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos, dos quais a República Federativa do Brasil seja parte;
- VI. Sensibilizar os estados da Federação para o desenvolvimento de ações e políticas locais para a proteção dos defensores;
- VII. Desenvolver programa de capacitação para os defensores dos direitos humanos.

Art. 3º A Coordenação Nacional terá a seguinte composição:

- I. Um representante do Poder Legislativo;
- II. Um representante do Departamento de Polícia Federal;
- III. Um representante do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- IV. Um representante do Ministério Público Federal;
- V. Dois representantes de Entidades Cívicas;

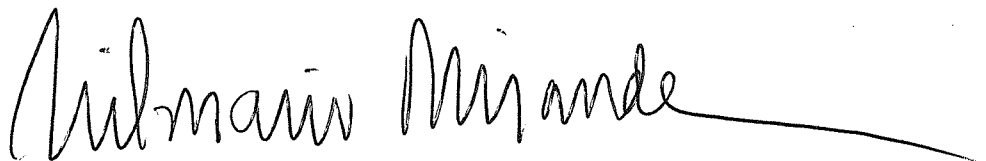
VI. Um representante do Poder Judiciário;

VII. Um representante das Coordenações Estaduais.

Parágrafo único A participação do Ministério Público Federal e do Poder Judiciário na Coordenação Nacional ocorrerá na condição de observador.

Art. 4º A Coordenação Nacional implementará as atividades de sua competência por meio de sua Secretária Executiva, vinculada ao Gabinete do Secretário Especial dos Direitos Humanos.

Art. 5º A Coordenação Nacional reportar-se-á ao Secretário Especial dos Direitos Humanos, apresentando-lhe relatórios de suas atividades.

A handwritten signature in black ink, reading 'Nilmarino Miranda', with a long horizontal flourish extending to the right.

NILMÁRIO MIRANDA